

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 1579

Data: 13.08.80

Pg.: \_\_\_\_\_

**Funai tenta contato com índios que querem unir-se contra posseiros no Sul**

Curitiba (1980) — As ameaças de que os caingangues de três reservas do Sul estão dispostos a se reunir à tribo do Toldo Ximbandue, onde um índio foi morto e dois ficaram feridos no ano passado em conflito com 160 famílias de colonos consideradas invasoras, além dos constrangimentos físicos impostos pelos lavradores aos índios, levaram o presidente da Funai, Jurandy da Fonseca, com diversos assessores, e mais o Deputado-cacique Mário Juruna, a viajar ontem de Brasília para Chapecó, município catarinense onde localiza-se a área indígena em conflito.

O avião — um Bandeirante da Funai — entretanto, não pôde aterrissar no aeroporto local devido ao denso nevoeiro, acrescido o risco de ser montanhosa a região. Restou a Jurandy da Fonseca pedir ao comandante que sobrevoasse a reserva, para que os “colonos percebessem que os índios não estão sem amparo e para que a própria comunidade se tranquilizasse”. E prometeu a João Ruggere, delegado regional da Funai com sede em Curitiba, que dentro de duas semanas estará no Toldo Ximbandue.

**Clima tenso**

A caminho de Chapecó, Jurandy da Fonseca esclareceu que a situação dos 86 caingangues do Toldo Ximbandue está dramática: “Os índios estão impedidos de transitar pela própria área, não podem sair de suas casas para comprar alimentos. Está ocorrendo apedrejamento constante contra crianças índias, soubemos que paióis indígenas foram queimados e há registros de agressões físicas recentes.”

Há duas semanas, a Funai havia conseguido uma trégua, quando 32 colonos e dois deputados catarinenses estiveram em Brasília, espontaneamente. Na oportunidade, eles acataram a sugestão de permitir que os caingangues cultivassem uma roça de 137 alqueires e a criação de uma comissão — constituída de representantes do Governo do Estado de Santa Catarina, Funai, INCRA e Conselho Missionário Indigenista (Cimi) —, que teria a função de buscar soluções para a área, coincidentemente localizada na chamada região do contestado de históricas convulsões sociais.

Antes da chamada Guerra do Contestado, quando parte do território catarinense foi desmembrado do Paraná no início do século, o Governo paranaense entregou a mesma área dos caingangues — dois mil hectares, obtidos pelo cacique Ximbandue pela paga pela prestação de serviços a uma colonizadora no ano de 1801 — a lavradores sem terra. E o INCRA, posteriormente, acabou reconhecendo partes dos títulos.

Com o tempo, os índios foram obrigados a deixar suas terras e hoje apenas 86 deles permanecem no Toldo Ximbandue. “A Funai manteve-se omissa ao problema e ainda na minha administração demoramos a tomar alguma atitude”, admitiu o presidente do órgão. Ontem, contudo, ele informou que aguarda o levantamento da comissão para pedir à Presidência da República um decreto de reconhecimento oficial do Toldo.

“Se for o caso” — acrescentou ao retornar a Curitiba — “apelaremos à Justiça em resposta aos colonos que ameaçam com um mandado de segurança”. É que na sexta-feira passada, a comissão foi impedida de entrar no Toldo, pelos próprios colonos, e a roça dos caingangues mais uma vez foi destruída. “O acordo foi rompido. Só espero que o Governador Esperidião Amin e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários possam reassentar os lavradores sem maiores conflitos”, adiantou Fonseca.

Para o Deputado Mário Juruna, cabe à Funai apenas reconhecer o Toldo Ximbandue como área indígena e que “os posseiros procurem o INCRA para obter outras terras. O que não pode é pisar em índio e criar conflitos que nada resolvem.”